

A NATUREZA E O PAPEL DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Elisa Dinah Cruz Sobreira ¹

Francisco do O' de Lima Júnior ²

Resumo

Este artigo explora a relação entre a natureza do Estado e o desenvolvimento regional, com um foco especial na crítica às estruturas capitalistas e a dinâmica autoritária subjacente. Através de uma revisão literária e análise comparativa, examina-se como a lógica capitalista e a ideologia liberal influenciam e limitam as capacidades estatais, perpetuando desigualdades e mantendo estruturas de poder autoritárias. Analisamos também as perspectivas de autores como Acemoglu e Robinson, Fernandes, entre outros, para destacar como a manutenção do capitalismo e suas estruturas de poder resultam em um ciclo vicioso de dependência e subdesenvolvimento para os países periféricos.

Palavras-chave: desenvolvimento regional; natureza estatal; estruturas capitalistas; autoritarismo.

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Pós-graduada em Direito e Processo Tributário pelo Complexo Educacional Renato Saraiva (CERS). Mestranda em Economia Regional também pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

² Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas/SP (IE-UNICAMP), na área de concentração Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Fez Estágio de Doutorado com Bolsa CAPES no Institut für Geographie - Universität Innsbruck (Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck, Áustria). Realizou Estágio de Pós-doutorado em Desenvolvimento Econômico no IE-UNICAMP executando o Projeto "Infraestrutura e território no Ceará: Grandes Projetos, dinâmica Econômica e Urbanização". Possui Mestrado em Economia pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia/MG (2008) e Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

The Nature and Role of the State in the Construction of a National Regional Development Policy

Abstract

This article explores the relationship between the nature of the State and regional development, with a special focus on the critique of capitalist structures and the underlying authoritarian dynamics. Through a literature review and comparative analysis, the article examines how capitalist logic and liberal ideology influence and limit state capacities, perpetuating inequalities and sustaining authoritarian power structures. We also analyze the perspectives of authors such as Acemoglu and Robinson, Fernandes, among others, to highlight how the maintenance of capitalism and its power structures results in a vicious cycle of dependency and underdevelopment for peripheral countries.

Keywords: regional development; state nature; capitalist structures; authoritarianism.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional, uma questão central no estudo da economia política, envolve uma complexa interação entre políticas estatais, dinâmicas socioeconômicas e estruturas globais de poder. Este artigo busca explorar em profundidade a influência da natureza do Estado no desenvolvimento regional, com foco na análise crítica das sociedades capitalistas, especialmente aquelas situadas na periferia do sistema capitalista global. Através de uma abordagem metodológica que combina revisão literária e análise comparativa, nosso objetivo é compreender como a natureza do Estado impacta a formulação e execução das políticas de desenvolvimento regional.

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Inicia-se a investigação explorando a literatura existente sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico, destacando as contribuições de autores renomados como Acemoglu e Robinson, e incorporando a visão crítica de Florestan Fernandes sobre as relações de poder no capitalismo. Essa abordagem nos permite desvendar as complexidades e desafios inerentes ao desenvolvimento regional em contextos marcados por desigualdades estruturais e dinâmicas autoritárias.

Neste artigo, propõe-se uma análise que vai além das discussões tradicionais sobre eficiência econômica e intervenção estatal, mergulhando na crítica das relações capitalistas e suas implicações para o desenvolvimento regional. Argumenta-se que a manutenção do status quo em sociedades capitalistas periféricas é, por si só, uma manifestação de autoritarismo, perpetuando ciclos de dependência e subdesenvolvimento. Portanto, busca-se iluminar as maneiras pelas quais as estruturas de poder globais, enraizadas no capitalismo, limitam as capacidades dos Estados nacionais em promover um desenvolvimento regional equitativo e sustentável.

Para atingir este objetivo, a estrutura metodológica delineada envolve a revisão crítica da literatura relevante, análise comparativa de diferentes modelos estatais. Esta abordagem permite uma avaliação das dinâmicas de poder e das limitações impostas pelas estruturas capitalistas globais ao desenvolvimento regional. Ao final deste estudo, aspiramos fornecer contribuições para o debate sobre o desenvolvimento regional, destacando a necessidade de uma transformação radical que transcenda os limites do capitalismo atual.

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

2 AS DESIGUALDADES DAS NAÇÕES POR ACEMOGLU E ROBINSON

Ao examinar a hierarquia econômica das nações americanas ao longo de um extenso período, Acemoglu e Robinson (2012) revelam uma notável constância na classificação de riqueza. A análise dos autores evidencia que, desde há cerca de um século e meio, países como Estados Unidos e Canadá têm se mantido no topo, seguidos por nações como Chile, Argentina, Brasil, México e Uruguai, enquanto países como Bolívia, Guatemala e Paraguai permanecem nas posições mais baixas. Este padrão de estagnação econômica, tanto na riqueza relativa entre nações do Norte e do Sul das Américas quanto dentro da própria América Latina, sugere uma rigidez estrutural nas dinâmicas de desenvolvimento regional.

Acemoglu e Robinson (2012) destacam que, apesar da persistência de padrões econômicos, estes não são imutáveis. Eles observam que a desigualdade global, intensificada após a Revolução Industrial, não reflete as condições econômicas de períodos anteriores. Por exemplo, a hierarquia econômica das Américas mudou drasticamente nos últimos quinhentos anos. Além disso, casos como o rápido crescimento econômico da Argentina até 1920 e o declínio subsequente, bem como o crescimento e colapso da União Soviética, ilustram que as nações podem mudar significativamente suas trajetórias econômicas. Isso sugere a possibilidade de alteração dos padrões de desenvolvimento, levantando questões sobre as políticas e estratégias que permitiram tais mudanças.

Os autores, no entanto, argumentam que, apesar da magnitude e das consequências significativas dessas desigualdades, assim como dos padrões claramente delineados que elas apresentam, ainda não existe uma explicação amplamente aceita para as origens da pobreza e da prosperidade. A maioria das hipóteses propostas por cientistas sociais, segundo eles, falha em fornecer uma interpretação convincente para a distribuição atual da riqueza e do desenvolvimento econômico entre as nações (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012).

Acemoglu e Robinson (2012) refutam a hipótese geográfica para explicar a desigualdade econômica global. Eles argumentam que esta teoria, que atribui a pobreza dos trópicos e a riqueza das latitudes temperadas a diferenças geográficas,

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

falha ao não explicar discrepâncias econômicas em regiões geograficamente similares, como as Coreias ou as Alemanhas antes da reunificação.

A hipótese cultural como explicação para a desigualdade econômica mundial também é descartada pelos autores (ACEMOGLU, ROBINSON, 2012). Originada nas ideias de Max Weber sobre a ética protestante e seu papel no surgimento da sociedade industrial moderna na Europa Ocidental, essa hipótese se expandiu para incluir outras crenças, valores e éticas. Embora reconheçam que normas sociais e aspectos culturais possam influenciar e sustentar diferenças institucionais, os autores argumentam que enfatizar elementos como religião, ética nacional ou valores é insuficiente para entender as causas da desigualdade global. Eles sugerem que muitas características culturais são mais consequências do que causas dos caminhos divergentes de desenvolvimento e que atribuir a pobreza a fatores culturais simplifica excessivamente a complexidade das disparidades econômicas.

Por fim, Acemoglu e Robinson (2012) discutem a hipótese da ignorância como uma explicação para a desigualdade econômica global, argumentando que a pobreza em alguns países se deve à falta de conhecimento sobre como enriquecê-los. Essa teoria, prevalente entre economistas, sugere que a ineficácia no uso de recursos escassos e a prevalência de falhas de mercado são as principais razões para a pobreza. Os países ricos, em contraste, teriam prosperado por terem políticas mais eficazes e por terem eliminado tais falhas. No entanto, os autores apontam que a ignorância dos líderes políticos explica apenas uma pequena parte da desigualdade mundial. Eles destacam que o principal obstáculo para a adoção de políticas que reduzam as falhas de mercado e estimulem o crescimento econômico não é a ignorância dos políticos, mas as restrições e incentivos impostos pelas instituições políticas e econômicas em suas sociedades.

A China, por exemplo, é um dos países que fez a transição de políticas econômicas que causavam pobreza e a fome de milhões para aquelas que incentivam o crescimento econômico. Mas, como discutiremos em mais detalhes mais tarde, isso não aconteceu porque o Partido Comunista Chinês finalmente entendeu que a propriedade coletiva de terras agrícolas e indústria criava incentivos econômicos terríveis. Em vez disso, Deng Xiaoping e seus aliados, que não eram menos interessados em si mesmos do que seus rivais, mas que tinham diferentes interesses

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

e objetivos políticos, derrotaram seus poderosos oponentes no Partido Comunista e lideraram uma revolução política de certa forma, mudando radicalmente a liderança e a direção do partido. Suas reformas econômicas, que criaram incentivos de mercado na agricultura e, posteriormente, na indústria, seguiram-se a esta revolução política. Foi a política que determinou a mudança do comunismo para incentivos de mercado na China, não conselhos melhores ou um melhor entendimento de como a economia funcionava (ACEMOGLU, ROBINSON, 2012, tradução livre).

A teoria sustentada pelos autores (ACEMOGLU, ROBINSON, 2012) é a de que a desigualdade mundial não se deve apenas a questões econômicas, mas está profundamente enraizada na política e nas decisões tomadas por aqueles no poder. Eles sugerem que países pobres permanecem nessa condição não por ignorância ou cultura, mas porque seus líderes escolhem políticas que perpetuam a pobreza conscientemente. A chave para entender essa dinâmica é analisar como as decisões são realmente feitas, quem as toma e por que. Portanto, a solução para a desigualdade mundial não residiria apenas em políticas econômicas eficientes, mas também em resolver problemas políticos fundamentais que influenciam essas políticas.

3 A NATUREZA DO ESTADO E OS LIMITES DE SUA ATUAÇÃO

Embora a análise de Acemoglu e Robinson (2012) sobre a inter-relação entre política e economia na explicação da desigualdade global seja perspicaz, a hipótese central deste trabalho diverge em um ponto crucial. A natureza do Estado representa um fator distintivo e fundamental na promoção do desenvolvimento regional. Enquanto Acemoglu e Robinson focam predominantemente nas escolhas e incentivos dos indivíduos no poder, por outra perspectiva a estrutura e o funcionamento do Estado são determinantes cruciais no desenho e na eficácia das políticas de desenvolvimento regional.

A compreensão das características intrínsecas do Estado, incluindo sua capacidade de coordenação e a natureza de suas instituições, é essencial para

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

explicar as variações no sucesso do desenvolvimento regional entre diferentes países e regiões. Portanto, embora os elementos políticos e das instituições sejam indubitavelmente relevantes, a natureza e o papel do Estado emergem como fatores preponderantes na análise da desigualdade e do desenvolvimento econômico.

Enquanto as instituições aparecem para os autores como algo possível de ser alcançado através das escolhas e ações tomadas por indivíduos ou grupos dentro do aparelho do Estado, a natureza do Estado abrange as estruturas fundamentais que moldam essas decisões, inclusive delimitando o horizonte de possibilidades.

A recente proibição pelo governo chinês da lucratividade nos cursos pré-vestibulares privados (THE ECONOMIST, 2021) é um ótimo exemplo. Ao encontrar um problema, qual seja, a enorme competitividade que levava a problemas sociais graves, como o adoecimento mental dos mais jovens, o governo Chinês tomou uma decisão. Sem entrar no mérito sobre a efetividade da medida, o certo é que enquanto a China, com seu sistema de socialismo com características chinesas (como eles mesmo chamam), possuía capacidade política para tomar esta medida como parte de uma ampla reforma educacional, em um Estado capitalista uma intervenção tão direta no mercado seria incompatível com as premissas básicas do sistema.

Em um Estado capitalista, a extinção de qualquer propriedade privada ou de um setor inteiro de acumulação enfrentaria resistência significativa, pois contraria a lógica fundamental do capitalismo, que é a produção e reprodução de capital. A natureza do Estado capitalista serve para sustentar e promover as dinâmicas de mercado, onde a intervenção estatal é geralmente limitada à regulação, em vez de eliminação ou reestruturação profunda de setores inteiros.

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Mascaro (2013) enfatiza que as formas e funções do Estado são determinadas por fatores históricos, econômicos e sociais, que definem o contexto no qual as decisões políticas são tomadas. Portanto, enquanto as decisões políticas são manifestações específicas da vontade dentro do Estado, a natureza do Estado é o conjunto de condições e estruturas que definem o espectro e os limites dessas decisões.

Apesar de ser um exemplo extremo, a extinção da propriedade privada, no todo ou em parte, caso essa fosse uma das possíveis saídas para determinado problema, não é possível dentro de um Estado cuja natureza está enraizada em uma sociedade capitalista. Existe, pois, um limite para a política e para as instituições a depender dessa natureza estatal.

Em modos de produção pré-capitalistas, não havia uma distinção clara entre o poder econômico e o poder político; em geral, as mesmas classes ou indivíduos que detinham o controle econômico também exerciam o domínio político. No entanto, com o advento do capitalismo, surge uma separação entre o domínio econômico e o político (MASCARO, 2013).

Diferentemente dos períodos anteriores, onde senhores de escravos ou feudais governavam tanto economicamente quanto politicamente, no capitalismo, a figura do burguês não implica automaticamente um papel de agente estatal. Essa separação marca uma característica distintiva do Estado moderno, onde o controle político e econômico pode residir em esferas diferentes (MASCARO, 2013).

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

Explorar a causa específica dessa separação do Estado de sua classe dominante nas sociedades capitalistas é essencial para entender a dinâmica da política contemporânea. Sobre o tema, Pachukanis (2020):

[...] por que é que o domínio da classe não se mantém naquilo que é, a saber, a subordinação de uma parte da população a outra? Por que é que ele reveste a forma de um domínio estatal oficial ou, o que significa o mesmo, por que é que o aparelho de coação estatal não se impõe como aparelho privado da classe dominante, por que é que ele se separa desta última e reveste a forma de um aparelho de poder público impessoal, deslocado da sociedade?

O papel do Estado na sociedade capitalista, surgindo como um terceiro elemento distinto na relação entre capital e trabalho, não é apenas um acontecimento aleatório, de acordo com Mascaro (2013). O Estado não é um mero adendo ou complemento, mas uma parte necessária da reprodução do capitalismo. Sem o Estado, a relação entre capital e trabalho assumiria uma forma de dominação direta, como a escravidão ou servidão.

O Estado, portanto, de modo algum é um poder imposto de fora à sociedade; tampouco é “a efetividade da ideia ética”, “a imagem e a efetividade da razão”, como afirma Hegel. É, muito pelo contrário, um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmos em uma luta infrutífera, tornou-se necessário um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da “ordem”; e esse poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado (ENGELS, 2019).

O Estado, ao se estabelecer como uma entidade política separada dos indivíduos fortalece a reprodução da exploração assalariada e mercantil. Esta separação entre o Estado e todas as classes e indivíduos é fundamental para a

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

manutenção da reprodução do capital, pois o aparato estatal assegura a existência da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos que unem capital e trabalho (MASCARO, 2013). Assim, embora o Estado atue como uma terceira entidade na exploração capitalista, ele é essencial para a sua continuidade.

Nesse sentido, deve-se entender o Estado não como um aparato neutro à disposição da burguesia, para que, nele, ela exerça o poder. É preciso compreender na dinâmica das próprias relações capitalistas a razão de ser estrutural do Estado. Somente é possível a pulverização de sujeitos de direito com um aparato político, que lhes seja imediatamente estranho, garantindo e sustentando sua dinâmica. Por isso, o Estado não é um poder neutro e a princípio indiferente que foi acoplado por acaso à exploração empreendida pelos burgueses. O Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista; essas relações ensejam sua constituição ou sua formação (MASCARO, 2013)

Este papel desempenhado pelo Estado, de garantidor da produção e reprodução do capital, determina sua natureza. Existe limitações à atuação do Estado pelos elementos que determinam a sua própria existência.

O estudo sobre os limites do papel do Estado sempre foram um debate acalorado em ciclos liberais. Ora, ter limites, pois, não é algo bom? A certeza da garantia a propriedade privada não seria um dos grandes pilares da defesa da liberdade? Defender a democracia burguesa não é significado de defesa do indivíduo, da individualidade e, sobretudo, da liberdade? Esse debate nos faz desembocar no que chamamos de “teoria do autoritarismo”, que será exposta a seguir.

3 A TEORIA DO AUTORITARISMO

Florestan Fernandes (2022) indica a dificuldade de se alcançar uma análise científica verdadeiramente objetiva sobre a teoria do autoritarismo, especialmente sob a influência da ideologia dominante. Ele argumenta que os analistas muitas vezes

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

só conseguem perceber uma parte da realidade. A objetividade na análise política é comprometida pela influência persuasiva da ideologia na percepção e interpretação da realidade.

De um lado, porque o analista não expurga a carga ideológica de sua perspectiva de interpretação. De outro porque, mesmo que ele quisesse fazê-lo, ao se identificar com a “democracia liberal” ele fica prisioneiro das limitações insanáveis da consciência burguesa (FERNANDES, 2022).

Florestan Fernandes (2022) critica a tipologia dicotômica frequentemente usada para classificar sistemas políticos, especialmente a oposição entre democracia liberal e qualquer outra forma política. A democracia típica em sociedades capitalistas é, na verdade, uma democracia burguesa, caracterizada por uma representação política baseada em eleições, partidos e parlamentarismo dentro de um Estado constitucional. Neste modelo, há uma desigualdade econômica, social e cultural inerente, com uma concentração de poder nas mãos das classes possuidoras e suas elites. A liberdade e igualdade nesse sistema são meramente formais, requerendo um componente autoritário intrínseco para a preservação e expansão do sistema democrático capitalista.

Florestan (2022) desafia a visão comum entre cientistas políticos de que o Estado é o único ou principal *locus* da relação autoritária. Ele distingue entre o poder especificamente político e o poder indiretamente político, ressaltando que o Estado não é uma entidade autônoma e isolada da sociedade, mas sim uma que está intrinsecamente ligada a ela e não pode ser compreendida isoladamente.

Esta perspectiva sugere uma compreensão mais ampla do autoritarismo, considerando não apenas as manifestações e estruturas estatais, mas também as

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

dinâmicas de poder que existem fora das estruturas estatais formais. Somente assim é possível entender as relações autoritárias dentro da sociedade capitalista.

O capitalismo industrial, por si só, não cria relações autoritárias, mas contribui significativamente para a concentração de poder, tanto econômico quanto político. Fernandes (2022) observa que, no capitalismo, há uma relação intrínseca entre a mais-valia relativa, que impõe formas de despotismo burguês, e a ordem social baseada na desigualdade econômica, social e política. Essa ordem vincula o despotismo burguês tanto ao Estado nacional quanto à democracia representativa.

A sociedade capitalista contém uma rede de relações autoritárias incorporadas em suas instituições, estruturas e processos sociais, que podem se intensificar em contextos de crise ou potencial desmoronamento, levando a um aumento do componente autoritário e a uma exacerbação das formas de dominação burguesa (FERNANDES, 2022).

A ótica liberal tem reduzido o Estado constitucional e representativo a um Estado neutro e fraco, movido pela filosofia do “laissez-faire”, como se a vida econômica, social e política sob o capitalismo fosse determinada ao nível privado e das relações jurídicas privadas. No entanto, por causa mesmo da propriedade privada, da propriedade privada dos meios de produção e da base estrutural-dinâmica do crescimento do capital (apropriação da mais-valia relativa), o Estado democrático sempre foi, ao mesmo tempo, um instrumento de poder e de dominação de classe. (FERNANDES, 2022).

No contexto do desenvolvimento regional, Florestan (2022) aduz que o colonialismo está morto, o que nos interessa hoje é a integração da periferia no capitalismo global. Para ele, a América Latina representa um terreno ideal para compreender como a revolução anticolonial foi contida e moldada por interesses conservadores, resultando em Estados nacionais que não romperam com, mas se

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

adaptaram às estruturas de poder coloniais. Esse contexto contribui tanto para a acumulação capitalista primitiva quanto para a consolidação do desenvolvimento capitalista interno.

A América Latina exemplifica a versão mais acabada do Estado capitalista periférico na era do capitalismo monopolista e imperialista. As burguesias nativas na América Latina controlavam a sociedade política, mas eram relativamente fracas em comparação com os centros dinâmicos do capitalismo mundial. Essa fraqueza as impedia de efetivamente exercer as funções básicas da dominação burguesa, levando-as a se concentrar em funções que atendiam diretamente aos seus próprios interesses de autopreservação e privilégio, como a defesa da ordem e a consolidação do capitalismo privado.

Em lugar do “desenvolvimento autossustentado”, como produto natural da maturidade capitalista espontânea, firma-se uma nova modalidade de dependência e de dominação imperialista; e a “internacionalização dos centros de decisão” (sobre a qual até Celso Furtado cometeu equívocos) mostrou sua verdadeira face. Além de ser um “Estado de classe” e um “Estado burguês”, o Estado capitalista da periferia contém um elemento político próprio: ele associa (sem conseguir eliminar ou amortecer as contradições existentes) o “imperialismo”, as “multinacionais” e a “burguesia nacional”, convertendo-se no pilar, no mediador e até no artífice dos elos estruturais e dinâmicos da periferia com o centro (FERNANDES, 2022).

Esta realidade não é apenas uma questão superficial que pode ser facilmente resolvida. Ao contrário, representa uma limitação profunda e intransponível, inerente à própria natureza do Estado capitalista periférico, caracterizada por uma revolução burguesa atrasada e um Estado autocrático-burguês que serve tanto para dominação externa quanto para um despotismo burguês reacionário (FERNANDES, 2022). Tanto

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

o é, que este seria, de acordo com Fernandes, este elemento compõe a lógica política própria desses Estados:

Em relação ao Estado nacional (o pilar da aceleração do desenvolvimento da periferia – como neutralizá-lo ainda mais em termos de funções universais e nacionalistas, bem como adaptá-lo melhor às funções propriamente instrumentais para a expansão do capitalismo privado na era das grandes corporações, do confronto mortal entre capitalismo e socialismo ou às funções repressivas impostas pelo novo padrão de acumulação capitalista, de exploração da periferia pelo centro e de privilegiamento das classes burguesas) (FERNANDES, 2022).

A partir desse tipo de leitura conseguimos perceber os elementos autoritários dentro da realidade como ela se encontra. A imposição aos países periféricos da ocupação de determinado lugar dentro da divisão internacional do trabalho limita o desenvolvimento regional e impede que milhões e milhões de pessoas saiam da miséria. E que, quando talvez saiam por um curto período de tempo, tenham construído isso em cima de estruturas pouco sólidas e facilmente derrotadas por um governo com alinhamento mais à direita e ao “*laisse faire*”.

A construção de uma política nacional de desenvolvimento regional implicaria, portanto, na superação desse entrave que, de acordo com a literatura que acompanha Fernandes, é impraticável com as limitações de um estado capitalista. Os grandes “booms” de desenvolvimento que tivemos nas últimas décadas ou se tratavam de países socialistas (como China) ou de países capitalistas cujo interesse do capitalismo central era o seu desenvolvimento (como Coreia do Sul).

A análise de Florestan Fernandes (2022) culmina na constatação de que a manutenção do status quo nas sociedades capitalistas periféricas, longe de ser um fenômeno neutro, é intrinsecamente autoritária. A permanência neste estado de coisas, caracterizado pelo subdesenvolvimento e pela dependência, não é apenas



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

uma consequência passiva das dinâmicas do capitalismo global, mas sim uma manifestação ativa da autoridade exercida pelas estruturas capitalistas centrais. O autoritarismo, portanto, não reside apenas nas formas óbvias de opressão política, mas também na própria configuração da economia global que perpetua as desigualdades entre os países centrais e periféricos.

Neste cenário, a liberdade para os povos dos países periféricos não pode ser alcançada meramente por reformas superficiais ou ajustes nas políticas econômicas. Ao contrário, a verdadeira emancipação requer uma ruptura fundamental com o atual sistema de produção e reprodução do capital. Isso significa reconhecer que as limitações impostas aos estados nacionais na periferia do capitalismo, frequentemente rotuladas como necessárias ou inevitáveis dentro da lógica do mercado global, são em si mesmas expressões de uma forma de autoritarismo que privilegia a acumulação de capital em detrimento do bem-estar humano.

Portanto, a discussão sobre os limites da atuação do Estado e as políticas de desenvolvimento regional não deve ser confinada apenas ao âmbito das estratégias econômicas. Em vez disso, deve-se abordá-las a partir de uma perspectiva crítica que reconhece a natureza autoritária do atual sistema capitalista global. Essa perspectiva revela que qualquer tentativa de desenvolvimento dentro do paradigma existente está fadada a reproduzir as mesmas estruturas de desigualdade e opressão.

Consequentemente, a busca por liberdade e justiça para os povos dos países periféricos demanda uma transformação radical que transcenda os limites do capitalismo. Isso implica não apenas em desafiar as dinâmicas econômicas existentes, mas também em reimaginar e reconstruir as relações sociais, políticas e econômicas



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

de uma maneira que priorize genuinamente a equidade e o bem-estar humano sobre os interesses do capital. Somente assim poderá emergir um caminho viável para superar o autoritarismo intrínseco ao sistema capitalista e alcançar uma verdadeira liberdade para os povos da periferia do capitalismo.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo buscou explorar a complexa relação entre a natureza do Estado e o desenvolvimento regional, com ênfase especial na análise crítica das estruturas e dinâmicas inerentes às sociedades capitalistas, particularmente aquelas na periferia do sistema capitalista global. Através de uma metodologia que combinou revisão de literatura e análise comparativa, conseguiu-se desvelar importantes aspectos que influenciam e delimitam as políticas de desenvolvimento regional.

Os resultados demonstram que a natureza do Estado, moldada e influenciada pela lógica do capitalismo, desempenha um papel crucial na definição das políticas de desenvolvimento regional. Identificamos que, em muitos casos, os Estados capitalistas periféricos estão presos em um ciclo de dependência e subdesenvolvimento, limitados pelas dinâmicas globais do capitalismo. Essa situação é exacerbada pela estrutura autoritária inerente ao sistema capitalista, que perpetua desigualdades e limita significativamente a eficácia das políticas de desenvolvimento regional.

Além disso, a pesquisa revelou que a manutenção do *status quo* é uma forma de autoritarismo econômico, onde a liberdade e a igualdade são, na melhor das hipóteses, meramente formais. Os Estados na periferia do capitalismo global enfrentam desafios únicos que não podem ser superados apenas por meio de ajustes

Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

nas políticas econômicas ou reformas superficiais. Em vez disso, é necessária uma mudança fundamental na estrutura e nas relações de poder globais.

Por fim, conclui-se que a verdadeira emancipação dos povos dos países periféricos requer uma transformação radical que vá além dos limites impostos pelo capitalismo. Isso implica não apenas desafiar as dinâmicas econômicas existentes, mas também reimaginar e reconstruir as relações sociais, políticas e econômicas de uma maneira que priorize genuinamente a equidade e o bem-estar humano sobre os interesses do capital. Assim, este estudo contribui para o debate sobre desenvolvimento regional ao destacar a necessidade de repensar as estruturas de poder e as políticas estatais dentro de um contexto capitalista global, visando uma ordem mais justa e equitativa que possa realmente fomentar o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.

Referências

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. **Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty**. 1. ed. New York: Crown Publishers, 2012. Cap. 2.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MASCARO, Alysso. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PACHUKANIS, Evguiéni. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.



Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

THE ECONOMIST. **China's crackdown on the online education business marks a turning point.** The Economist, [S.l.], 31 jul. 2021. Disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2021/07/31/chinas-crackdown-on-the-online-education-business-marks-a-turning-point>. Acesso em: 21 jan 2024.

